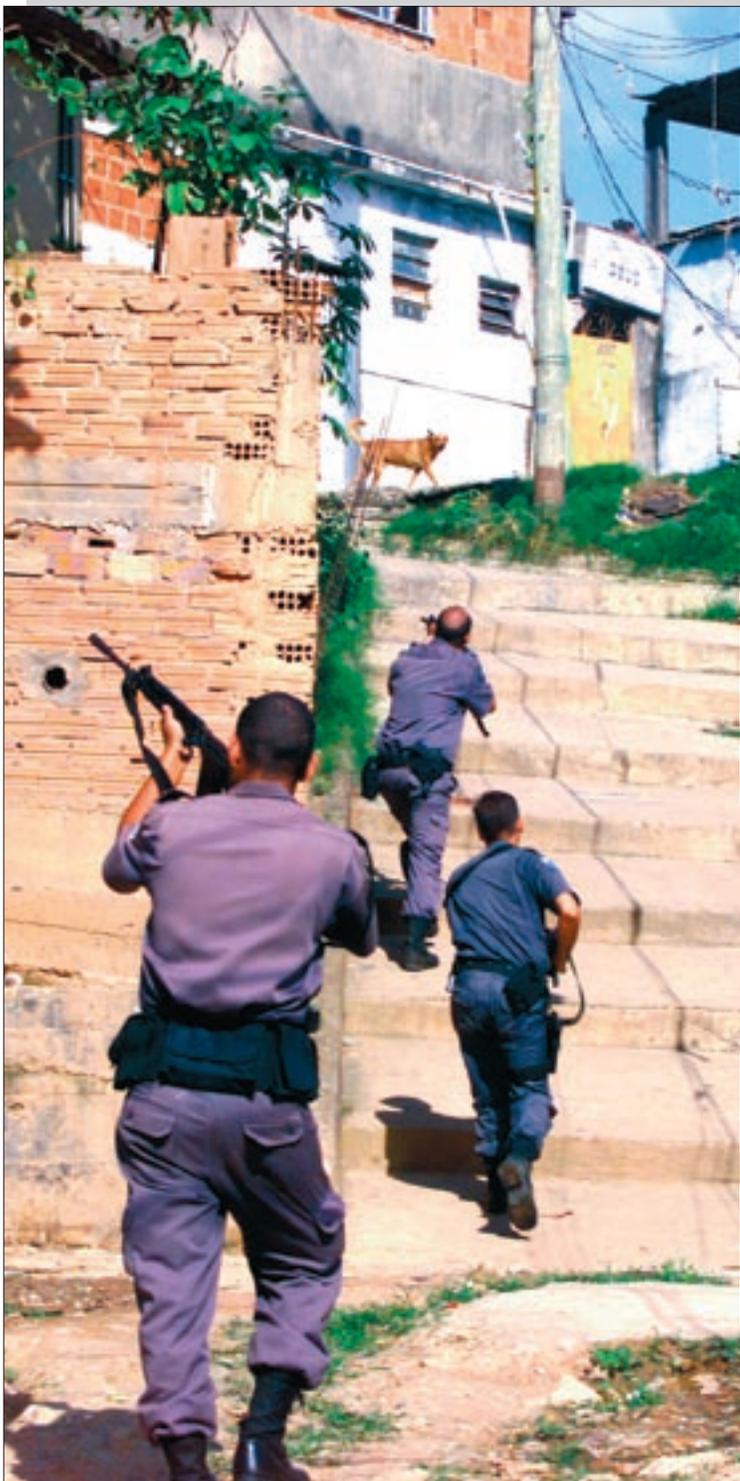


Senadores propõem ação em favor da paz

Marco Antonio Rezende/Folha Imagem



Policiais ocupam o morro da Pedreira, no Rio de Janeiro: violência preocupa senadores

A morte do menino João Hélio Fernandes esquentou o debate sobre a redução da maioria penal. A Comissão de Justiça inicia amanhã a discussão de propostas relativas ao assunto. O relator Demostenes Torres defende a condenação de maiores de 14 anos que come-

terem qualquer tipo de crime caso se constate que eles sabiam o que estavam fazendo e tenham agido de acordo com esse entendimento. Medidas de combate à violência foram sugeridas em Plenário por Gerson Camata, Antonio Carlos Magalhães e José Agripino. **Página 3**



Jane Araújo

“Não devemos discutir estrada enquanto a população é massacrada”
GERSON CAMATA



Roosevelt Pinheiro

“O país não pode ficar de braços cruzados enquanto vê a tragédia no Rio”
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES



Roosevelt Pinheiro

“Muitos crimes poderiam ter sido evitados se esses projetos já fossem leis”
JOSÉ AGRIPINO

Renan pode definir com líderes agenda dos cem dias

Segurança pública, retomada do crescimento econômico e reforma política devem estar na pauta da reunião convocada para hoje



Célio Azevedo

Renan defende medidas para viabilizar o crescimento econômico



Célio Azevedo

Cristovam prega a necessidade de “um radical programa de empregos”

Os líderes partidários do Senado podem reunir-se hoje, às 15h, com o presidente da Casa, Renan Calheiros, a fim de discutir e elaborar uma agenda de votações para os próximos cem dias. Com base nesses entendimentos – que devem incluir propostas relacionadas a segurança pública, retomada do crescimento econômico e reforma política –, Renan pretende acertar ações comuns com o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia. Em discurso na tribuna, o senador Cristovam Buarque fez sugestões para a agenda dos cem dias. Segundo ele, é preciso combater a violência e investir em educação e geração de empregos. **Página 2**

Presidente do Senado deve propor hoje prioridade às propostas relacionadas a segurança pública, economia e reforma política

Renan e líderes definem agenda para próximos cem dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir hoje, às 15h, os líderes partidários na Casa para discutir e elaborar uma agenda de votações para os próximos cem dias. Três áreas devem merecer atenção especial dos senadores: segurança pública, economia e reforma política.

Na área econômica, uma das preocupações do presidente do Senado é adotar medidas que possam viabilizar a retomada do desenvolvimento, em consonância com diretrizes que constam do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A partir do entendimento entre os líderes no Senado, Renan

pretende discutir a execução de ações comuns com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Reforma política

Amanhã, o presidente do Senado deve receber do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, sugestões para a reforma política recomendada por todos os Poderes da República como o caminho mais saudável para o Brasil avançar em seus costumes políticos.

Essa reforma, defendida pelo presidente Lula e por Renan, deverá começar pelo pacote de medidas aprovado no Senado e

em exame na Câmara, que contempla o voto no partido e não no candidato; o financiamento público das campanhas; e a fidelidade partidária, entre outros itens.

Tarso Genro deverá trazer ao Congresso propostas do governo, do Ministério da Justiça e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, além de idéias defendidas pela OAB. Entre as principais sugestões da entidade, estão a tramitação em regime de urgência dos projetos de iniciativa popular e as mudanças na escolha de suplentes de senadores. O ministro espera que a votação da reforma ocorra ainda este ano.



A partir de acordo no Senado, Renan buscará pauta comum com a Câmara dos Deputados

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. No período do expediente será votado requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União informações sobre repasse de recursos ao Sebrae. Entre os itens em pauta está o projeto que trata da fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.

Relações Exteriores vota indicações

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 9h30 e deve votar as indicações dos nomes das diplomatas Maria Luiza Ribeiro Viotti e Maria Dulce Silva Barros como representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e como embaixadora em Cabo Verde, respectivamente.

Limite de idade para isenção de IR na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para analisar pauta de 15 itens que inclui o projeto que altera o limite de idade para declaração de isenção do Imposto de Renda e a proposta que concede benefício aos portadores de hanseníase.

Avaliação do ensino

Na reunião de hoje, às 11h, a Comissão de Educação (CE) vota requerimento que solicita a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico e do Exame Nacional de Ensino Médio.

Antártica

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza audiência pública hoje, às 11h30, para ouvir o almirante José Eduardo Borges de Souza e a doutora Tânia Brito sobre as realizações do Programa Antártico Brasileiro, que completa 25 anos em 2007.

Cristovam: educação e emprego para reduzir violência

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez ontem, em Plenário, sugestões para a agenda de trabalho de cem dias proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Para Cristovam, é preciso combater a violência e investir em educação e na criação de empregos.

– O Congresso Nacional está distante das necessidades do povo, divorciado do país – ressaltou o parlamentar.

Ao considerar que a violência no país requer ações imediatas, Cristovam anunciou seu apoio à proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de criação de um fundo de combate à criminalidade, mas afirmou ser necessário ir além.

– A sociedade brasileira é, hoje, uma fábrica de bandidos. É preciso fechar a torneira por onde a violência chega à sociedade.



Para Cristovam, é preciso "fechar torneira por onde a violência chega à sociedade"

Segundo Cristovam, além de colocar os criminosos na cadeia, o país precisa oferecer oportunidades de estudo e emprego aos jovens.

– A maioria cai no crime por falta de alternativa – frisou.

Cristovam pregou a necessidade de um "radical programa de empregos", que assegure a

contratação de alfabetizadores e de trabalhadores que atuem no replantio de florestas. Outra proposta do senador, presidente da Comissão de Educação (CE), é que o programa Bolsa Família retome o critério do extinto Bolsa Escola e exija a frequência escolar dos filhos de beneficiados pela renda mensal concedida.

O sistema educacional se beneficiaria também, argumentou, da federalização da carreira de professor do ensino básico, de modo a remunerar melhor essa parcela do magistério. Cristovam propõe, ainda, a concessão de benefício aos analfabetos assim que conseguissem sair dessa condição.

Em aparte, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) considerou que o projeto do governo para informatização em massa das escolas, por si só, não garante a elevação do nível de ensino.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Papaléo Paes, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e César Borges



Gilvam Borges aponta redução na taxa de mortalidade entre os índios

Gilvam aplaude administração da Funasa

Ao classificar a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de “uma ilha de excelência” na administração pública do país, elogiando a atuação do presidente do órgão, Paulo Lustosa, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) opinou que a receita para uma boa administração é encontrar o ponto de equilíbrio entre o político e o gerencial. Ele comentou que, em apenas um ano e meio na presidência da Funasa, Lustosa conseguiu imprimir um dinamismo de empresa privada na instituição.

– Criada em 1991, a Funasa jamais figurou entre os órgãos que atraem o interesse da base parlamentar dos sucessivos governos. Hoje, no entanto, é uma das jóias da coroa do poder. Passou a fazer parte do mapa da Esplanada dos Ministérios, embora ocupe modestas instalações fora daquela geografia. Não por acaso, seu gestor chegou a ser cogitado, ano passado, para assumir a titularidade de diversos ministérios.

Como exemplo da boa gestão atual da Funasa, Gilvam afirmou ter sido a fundação o único órgão público que executou, no ano passado, quase a totalidade de sua receita orçamentária: 96%. Ele lembrou que muitas instituições reclamam de insuficiência orçamentária, mas nem sequer conseguem gastar o orçamento disponível, por falta de projetos tecnicamente consistentes.

O senador destacou que a Funasa obteve avanços importantes nos últimos anos, o que comprovaria um sinal na melhoria do seu padrão gerencial. Informou que a taxa de mortalidade entre os povos indígenas caiu de 6,7 mortes por mil habitantes no ano 2000 para 4,8 em 2005.

Preocupado com o agravamento da violência, Gilvam se colocou à disposição do presidente Lula para exercer o cargo de ministro da Justiça. Ele afirmou que, em seis meses, poderia dar uma contribuição decisiva para minimizar o problema.

Combate à criminalidade exige propostas concretas, como mais recursos e votação de projetos, segundo parlamentares

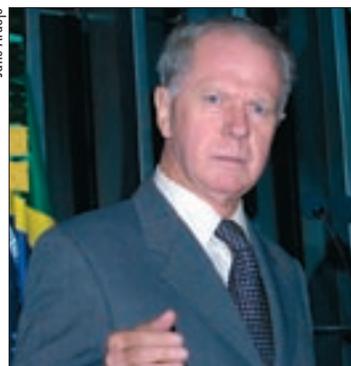
Senadores cobram ação contra violência

O crescimento da violência no país exige resposta imediata, na opinião de senadores que se manifestaram ontem em Plenário. Antonio Carlos Magalhães propõe a criação de um fundo de combate à criminalidade e de apoio às vítimas.

José Agripino cobra a votação pelos deputados do pacote sobre segurança pública aprovado pelo Senado. Ele acusou o governo de “entupir” a pauta da Câmara com medidas provisórias, impedindo o exame de projetos importantes. Gerson Camata pede a criação

da Comissão Mista João Hélio Fernandes, que teria 30 dias para apresentar sugestões; João Hélio Fernandes é o menino de seis anos que morreu ao ser arrastado por sete quilômetros depois que o carro de sua mãe foi assaltado, no Rio de Janeiro.

Gerson Camata



Comissão mista para dar “resposta ao terror”

“Não podemos assistir impassíveis, temos que dar uma resposta ao pavor, ao temor e ao terror que se apoderou da população do país”, desabafou Gerson Camata (PMDB-ES) ao referir-se ao crescimento da onda de violência.

O senador apresentou requerimento solicitando a criação da Comissão Mista João Hélio Fernandes, que teria 30 dias para apresentar medidas que reforcem a segurança e endureçam a punição para os que cometem crimes bárbaros.

– Temos que parar tudo. Não devemos discutir buraco, estrada ou o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] enquanto a população está sendo massacrada nas ruas pelos bandidos. Estamos vivendo uma guerra de guerrilha. Temos que fazer uma reforma nos sistemas de segurança do país. As sugestões estão chegando não apenas dos governadores dos estados da região Sudeste, que estão vindo a Brasília, mas também do próprio cidadão comum.

Camata anunciou que incluirá novamente em projeto de decreto legislativo de sua autoria, o PDL 1.494/04 – que pede a convocação de plebiscito a respeito de vários temas –, a possibilidade de a população ser consultada a respeito da instituição da pena de morte e da prisão perpétua.

Antonio Carlos Magalhães



“O país não pode ficar de braços cruzados”

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou ontem que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para criar um fundo de combate à violência e apoio a vítimas da criminalidade. Ele pediu o apoio – e a assinatura – de outros senadores à sua proposta, para que possa apresentar a matéria.

– O país não pode ficar de braços cruzados enquanto vê a tragédia que acontece no Rio de Janeiro – declarou.

O novo fundo teria de ser regulado por lei complementar e vigoraria até 2020. Seus recursos teriam origem em parcela de tributos e contribuições já existentes, além de parte da arrecadação obtida com a venda de bens provenientes do combate ao crime organizado, ao contrabando de armas e munições, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas.

Antonio Carlos justifica sua proposta ao argumentar que “constatamos (...) que o Estado não está aparelhado para combater a violência e, lamentavelmente, também não está preparado para acolher o cidadão que é vítima da violência”. O senador disse que sua intenção é votar a matéria no Senado em até 30 dias, para então enviá-la à Câmara.

Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou apoio à proposta.

José Agripino



Projetos aguardam votação na Câmara dos Deputados

O líder do PFL, José Agripino (RN), cobrou pressa da Câmara dos Deputados para a votação de um pacote de projetos sobre segurança pública aprovados pelo Senado em maio de 2006. As propostas, que alteram a legislação penal, foram aprovadas em regime de urgência pelo Senado logo após a eclosão de um processo de violência patrocinado pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), no ano passado, em São Paulo. Entre as alterações, está a redução da maioria penal.

Agripino acusou o governo de “entupir” a pauta da Câmara com medidas provisórias e atrapalhar a tramitação dos projetos.

– Por causa do grande número de MPs, os deputados acabaram não votando nada. Muitos crimes poderiam ter sido evitados se esses projetos já fossem leis – lamentou.

Os projetos enumerados pelo senador dizem respeito à redução da maioria penal; à proibição de redução das penas para crimes dolosos; à liberdade condicional; à implementação da videoconferência para interrogatórios; à conclusão do programa de construção de presídios de segurança máxima; e à extensão do benefício da delação premiada para condenados, entre outros.

CCJ inicia debate sobre redução da maioria penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia amanhã debate sobre a redução da maioria penal, hoje fixada em 18 anos pela Constituição. O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que determinou a inclusão do assunto na pauta da comissão, é a favor de tornar inimizáveis apenas os menores de 16 anos.

A discussão vai se desenvolver em torno de seis propostas de emenda constitucional (PECs) que tramitam conjuntamente e têm como relator o senador Demostenes Torres (PFL-GO), também favorável à redução da maioria penal.

O assunto passou a ser tratado de forma urgente com a morte brutal do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, em crime que teve participação de um menor. Na Câmara, há também um movimento para mudar as regras da maioria penal, o que chegou a gerar críticas da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie. Preocupada com o possível tratamento emocional da questão, ela pediu calma aos parlamentares.

– A calma às vezes é útil, às vezes significa injustiça. Rui Barbosa dizia que a justiça que tarda é injustiça – reagiu Antonio Carlos. O senador citou a Inglaterra como exemplo de país que aborda de maneira mais realista o problema dos menores envolvidos em crimes.

As PECs (18/99, 20/99, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04) estabelecem diferentes idades-limite da imputabilidade, reduzindo-a para 16 e até 13 anos.

Na mesma reunião, deve ser designado o relator da PEC de autoria de Antonio Carlos que institui um fundo de combate à violência e apoio às vítimas da criminalidade.

Parlamentares apresentaram um total de 684 emendas ao conjunto de medidas provisórias que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento

Comissão de Infra-Estrutura realiza audiência sobre PAC

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participará de audiência pública destinada a debater o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Requerida pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), a reunião se realizará na quinta-feira, às 11h30. O PAC foi lançado pelo governo em 22 de

janeiro. Para atingir a meta de 5% ao ano de crescimento do produto interno bruto (PIB), espera-se que sejam investidos, a partir de recursos públicos e privados, R\$ 503,9 bilhões até 2010. O pacote, que traz medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento e de redução de impostos, procura melhorar o ambiente para investimentos.

Na última quinta-feira, em seminário do Sebrae sobre o PAC, Dilma Rousseff afirmou que as emendas apresentadas pelos parlamentares poderão melhorar o programa. Deputados e senadores ofereceram 684 emendas ao conjunto de medidas provisórias, a maioria delas concentradas na MP 351/07, que concede incentivos fiscais para projetos na área de infra-estrutura.

Ideli Salvatti



Gerardo Magela

Alvaro Dias



Gerardo Magela

Adelmir Santana



Roosevelt Pinheiro

Papaléo Paes



Roosevelt Pinheiro

Mário Couto



Roosevelt Pinheiro

PT vai priorizar PAC e reforma política

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), afirmou que o PT deve priorizar, neste segundo mandato do presidente Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento e a reforma política. E acrescentou que entre as prioridades do governo estão também a conclusão da reforma agrária, a democratização dos meios de comunicação e a agilização do processo de inclusão digital.

A senadora relatou, em Plenário, as deliberações do Diretório Nacional do PT durante a comemoração dos 27 anos do partido, no fim de semana. Ela disse que o PT demonstrou amadurecimento e provou sua capacidade de governar após anos de militância na esquerda.

– O PT funcionou como canal de participação dos mais humildes e excluídos da vida política brasileira. Nesse aspecto, é bom ressaltar o papel desempenhado pelo presidente Lula.

Distribuição de recursos segue critério político e não técnico

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou dados que, segundo ele, comprovam a ausência de critérios técnicos na distribuição dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento. Ele informou que estudo elaborado por sua assessoria apresentou indícios de direcionamento político, pois o volume de recursos seria maior nos estados com eleitores da base do governo.

– Preconizamos que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja o parâmetro utilizado na distribuição dos recursos. A adoção de um critério que tem a Organização das Nações Unidas (ONU) como formuladora inicial assegura a necessária isenção ideológica – sugeriu ele.

Na avaliação do parlamentar, o PAC “se assemelha muito mais a uma carta de intenções calcada em projetos estabelecidos unilateralmente pelo governo como prioritários, do que a um instrumento efetivo para a ação do governo federal”.

– O PAC ostenta o caráter de demonstração política à sociedade e ao empresariado de que o governo estaria reagindo à inércia do primeiro mandato – disse Alvaro Dias.

Para ele, o programa falhou ao não considerar a preocupação com o planejamento “de forma mais acurada”.

– A própria falta de sintonia com os governadores já demonstra essa falha no planejamento, visto que as ações previstas necessitarão do apoio dos estados – assinalou o senador.

Falta de indicação clara das fontes financeiras é principal falha

Em seu primeiro pronunciamento em Plenário, ontem, Adelmir Santana (PFL-DF) criticou a ausência de indicações claras das fontes financeiras do Programa de Aceleração do Crescimento.

Conforme o senador, para que haja a participação da iniciativa privada com recursos da ordem de R\$ 200 bilhões – cerca de 40% do total previsto pelo plano –, o governo terá que primeiro implementar medidas fundamentais, como a diminuição da taxa de juros e o fortalecimento das agências reguladoras.

Adelmir cobrou do governo federal maior alocação de recursos do PAC para o Centro-Oeste, reforçando reivindicação formulada em encontro de governadores e parlamentares da região ocorrido na quinta-feira.

– À região Centro-Oeste – pasmem! – caberão somente míseros 7% [dos recursos do PAC] – reclamou.

O senador alertou ainda para a necessidade de incorporação ao mercado formal de mais de 10 milhões de micro e pequenas empresas brasileiras que atualmente trabalham na informalidade.

– Incluir os informais no mercado produtivo: essa é uma de nossas grandes responsabilidades nesta legislatura. Podemos mudar o país desenvolvendo uma forte campanha de incorporação [de empresas informais], com carga tributária mais justa e menos burocracia – disse.

País deve ter menos impostos e mais investimentos

Sozinho, o Programa de Aceleração do Crescimento não vai conseguir o desenvolvimento econômico que o país precisa, avaliou Papaléo Paes (PSDB-AP). Na interpretação do senador, o Brasil só crescerá satisfatória e sustentavelmente se forem promovidos a diminuição de impostos para investimentos produtivos e o aumento dos investimentos públicos e privados na recuperação e fortalecimento da infraestrutura, principalmente nos setores de transporte e geração de energia.

Segundo Papaléo, dois pontos-chaves podem alavancar o desenvolvimento brasileiro: a desoneração dos investimentos produtivos e o incentivo às parcerias destinadas a revitalizar e fortalecer a infra-estrutura nacional.

Ele colocou em dúvida a capacidade de o PAC ser um instrumento adequado para o desenvolvimento sustentável do país. Na opinião do parlamentar, o programa não traz iniciativas suficientes para garantir a geração de empregos e renda nem a reversão do “atraso social” do país.

Papaléo avalia que o Senado terá papel decisivo para transmutar o PAC em uma “iniciativa realmente transformadora da realidade”.

– A necessidade do crescimento econômico é consenso. É preciso, entretanto, articular os meios e os instrumentos que permitam traçar estratégias e ações à altura desse consenso, sob o risco de deixar perder mais uma vez a chance histórica – concluiu.

Marajó precisa de energia e transporte

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu em Plenário a inclusão de investimentos federais em favor da Ilha de Marajó (PA) no Programa de Aceleração do Crescimento. Na sua opinião, recursos para transporte e energia poderiam salvar a população da ilha – estimada em 400 mil habitantes – da “pobreza iminente”.

Mário Couto também reafirmou a disposição de sempre cobrar investimentos para obras que consideram fundamentais ao desenvolvimento do Pará. Em apartes, Gerson Camata (PMDB-ES) disse ser solidário na luta pelos marajoaras, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu o uso da energia de Tucuruí em Marajó, Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou acreditar nos reflexos positivos dos investimentos na ilha sobre o Amapá, e Marco Maciel (PFL-PE) considerou oportuno trazer esse debate ao Senado, “a Casa da Federação”.

Marisa Serrano



Programa não apresenta propostas estruturantes

Lembrando ser a primeira mulher a representar Mato Grosso do Sul no Senado, Marisa Serrano (PSDB), em seu primeiro pronunciamento após a posse, tratou do Programa de Aceleração do Crescimento. Ela disse não acreditar que o PAC seja capaz de proporcionar o desenvolvimento sustentável do país, “por não apresentar nenhuma proposta estruturante, especialmente no que se refere à educação e à qualificação profissional dos educadores”.

– O PAC não dá a ninguém o eixo e o rumo para onde segue a nação – assinalou.

Marisa fez ainda um apelo por seu estado. Segundo a senadora, no Centro-Oeste, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal teriam sido contemplados com alguns recursos do PAC. “Mato Grosso do Sul, porém, foi esquecido pelo governo.” Ela culpou a gestão do ex-governador Zeca do PT pela atual paralisação do setor público de seu estado, pois ele teria descumprido, conforme disse, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A senadora salientou as belezas naturais, as riquezas econômicas e o patrimônio cultural de seu estado – representado por Manuel de Barros, Almir Sater, Tetê Espíndola, Paulo Simões, Ney Matogrosso, Glauce Rocha, Aracy Balabanian e Rubens Corrêa.

Ponderou, entretanto, haver dificuldades não solucionadas, como a morte de crianças indígenas por desnutrição, “no estado com a segunda maior população indígena no país”. Para Marisa, é preciso ampliar a industrialização, especialmente na área de energia, com a produção de etanol e biodiesel.

Além de autoridades, fórum nacional terá a presença de líderes empresariais e sindicais. Objetivo, segundo o líder do governo, é debater o futuro do setor

Governo vai ouvir e discutir antes de mudar a Previdência, diz Jucá

O líder do governo no Senado Federal, Romero Jucá (PMDB-RR), comemorou ontem, em Plenário, a instalação do Fórum Nacional da Previdência Social. De acordo com o senador, o fórum discutirá a “previdência do futuro”. Ele elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Previdência, Nelson Machado, pela iniciativa e prometeu que o governo federal “vai ouvir e discutir bastante” futuras mudanças no setor previdenciário brasileiro.

O senador ressaltou a participação no fórum do presidente Lula, do ministro da Previdência, do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie. Registrou também a presença de líderes empresariais



Jucá: “É preciso encontrar caminhos que não prejudiquem os trabalhadores”

e sindicais de todo o país.

– O governo vai ouvir e discutir bastante. É preciso encontrar caminhos que não prejudiquem os trabalhadores – disse o parlamentar.

O Fórum Nacional da Previdência Social terá sete representantes do governo federal, um de cada

órgão: Casa Civil da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ministérios da Previdência, Trabalho e Emprego, Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O fórum contará ainda com nove representantes dos trabalhadores ativos e aposentados, indicados pelas centrais sindicais do país; e cinco representantes do patronato, indicados pelas confederações nacionais do setor empresarial. Também participarão da iniciativa, como observadores, membros do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Romero Jucá aproveitou a oportunidade para congratular o Ministério Público do Estado de Roraima pelos 15 anos de existência, que completará neste mês.

César Borges: Lula inaugura obras feitas com recursos privados

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou ontem que a visita do presidente Lula à Bahia, no último fim de semana, não trouxe nenhum benefício ao povo do estado. Lula esteve em Salvador, onde participou dos festejos de comemoração dos 27 anos do Partido dos Trabalhadores, e inaugurou obras que, segundo o senador, foram feitas com recursos privados obtidos mediante uma intensa política de atração de investimentos sustentada por governos anteriores.

O parlamentar disse que precisam ser feitas pontes em locais estratégicos do estado e executados projetos de irrigação.

– Algumas dessas obras foram incluídas no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. Se isso vai ser transformado em realidade, não sabemos. Por en-

quanto, o PAC é só uma grande peça de ficção de um governo que não consegue nem formar seu ministério – criticou.

Ao mesmo tempo em que o governo não autoriza obras importantes, prosseguiu ele, matéria do jornal *A Tarde* informa que a privatização das BRs 324 (no trecho entre Salvador e Feira de Santana) e 116 (de Feira de Santana à divisa da Bahia com Minas Gerais) teria sido liberada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No entanto, segundo César Borges, não se trata de privatização, mas de parceria público-privada (PPP). Nos sete primeiros anos, lembrou o senador, os recursos arrecadados (R\$ 3,50 de pedágio a cada cem quilômetros) serão empregados essencialmente na capitalização da empresa responsável e as



“Governo Lula sempre faz propaganda enganosa”, critica César Borges

melhorias para os usuários serão superficiais.

César Borges afirmou que, quando era governador do estado, o PT o criticou duramente por ter promovido a concessão do trecho rodoviário de Salvador à praia do Forte, o que, segundo ele, gerou uma série de benefícios para o litoral norte da Bahia.

– O governo Lula sempre faz propaganda enganosa. Mas a Bahia espera muito desse presidente e nós vamos cobrar – disse o senador.



Heráclito teme que nova crise na aviação comprometa o turismo no carnaval

Heráclito critica comemoração de aniversário do PT

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse lamentar que o encontro realizado pelo PT em Salvador, no último fim de semana, para comemorar o 27º aniversário do partido, não tenha, em sua opinião, gerado algo positivo.

– Os petistas não debateram o Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], não puniram os mensaleiros e não discutiram, neste momento em que o país vive a ameaça de epidemias como a febre aftosa e a gripe do frango, a questão agrícola, que nem faz parte do PAC. Nem mesmo se solidarizaram com a família do menino João Hélio, barbaramente assassinado no Rio de Janeiro – criticou, acrescentando que o partido deveria ter aproveitado o encontro para fazer uma reciclagem e um *mea culpa*.

O senador também lembrou a ameaça de retorno do caos aéreo em pleno carnaval, que poderá comprometer o turismo nas principais capitais. Ele assinalou que os equipamentos de controle aéreo foram comprados na década de 70 e estão sucateados. “Não temos ferrovia e as estradas estão em petição de miséria. Só nos resta o transporte aéreo”, concluiu, queixando-se de que também este assunto não tenha sido tratado na reunião do PT.

– Antigamente, partidos com a tendência do PT isolavam-se em seminários, em mosteiros. Mas o PT mudou e resolveu ir exatamente para o centro maior do carnaval popular brasileiro para comemorar essa festa. À noite, o PT pulava nas ruas; durante o dia, brincava com o povo brasileiro.

ACM pede ajuda para vítimas de enchente na Bahia

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ajuda dos governos federal e estadual da Bahia para diversos municípios que estão enfrentando enchentes.

De acordo com o senador, cidades baianas banhadas pelo rio São Francisco – como Bom Jesus

da Lapa, Malhada e Carinhonha – estão precisando de auxílio urgente.

– Compreendo as dificuldades do governo do estado, que está ainda em início, mas o governo federal não pode fechar os olhos à desgraça, à morte, ao sofrimen-

to dos baianos ribeirinhos do São Francisco – clamou.

Antonio Carlos afirmou que “o Ministério da Integração Nacional não pode ignorar as enchentes que estão destruindo várias cidades baianas”, e que “essas são coisas que a transposição só faz

piorar e jamais melhorar”.

O parlamentar solicitou que seu pedido seja encaminhado ao governo federal pela Mesa diretora do Senado. Mão Santa (PMDB-PI), na presidência dos trabalhos, informou que o pedido de ACM será atendido.

Tramita em regime de urgência projeto do Executivo que reduz contribuição social das empresas que façam investimento em unidade dedicada à pesquisa

Incentivo a ciência e tecnologia deve ser votado hoje pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje projeto elaborado pelo Executivo que cria novo incentivo fiscal para empresas que invistam em pesquisa científica e inovação tecnológica, desde que o empreendimento seja executado por entidade (ICT) que tenha o mesmo caráter. Aprovada pela Câmara em dezembro, a proposta (PLC 124/06) tramita em regime de urgência, a pedido do governo.

De acordo com o texto, a empresa poderá excluir da apuração do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), gastos efetuados com projetos de pesquisa e tecnologia. A exclusão corresponderá a 50%, no mínimo, e 250%, no máximo, dos dispêndios efetivados.

A proposta estabelece, ainda,



Proposta do Executivo é relatada na comissão por Francisco Dornelles

que os recursos postos à disposição da ICT sejam depositados, pela empresa financiadora, em conta bancária mantida em instituição financeira oficial federal. O projeto beneficiado ficará impedido de acumular qualquer outro tipo de incentivo previsto na lei que estimula a inovação tecnológica.

A proposição altera a Lei 11.196/05, que estimula a inovação tecnológica. Um dos dispositivos limita a concessão do incentivo a projetos previamente selecionados por um comitê permanente de acompanhamento de ações de pesquisa e inovação tecnológica. Esse comitê deverá ter representantes de três ministérios: Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Educação.

Tramitação simultânea

Para assegurar o cumprimento dos prazos regimentais, a proposta tramita simultaneamente na Comissão de Educação (CE). Na CAE, o relatório está sendo preparado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Em Plenário, o parecer da CAE terá prioridade no exame, já que essa comissão responde pela apreciação do mérito da matéria.

Programação monetária para 1º trimestre em análise

A programação monetária para o primeiro trimestre de 2007, acompanhada de projeções para o ano, consta de mensagem (MSF 1/07) que será examinada pela CAE na reunião de hoje, prevista para as 10h. A base monetária (papel-moeda emitido mais reservas bancárias) deve registrar expansão, em 12 meses (no conceito da média dos saldos diários), de 13,3% para março e 11,5% para dezembro. Os números correspondem às projeções aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em dezembro passado.

Entre as 15 matérias da pauta encontra-se também ofício (OFS 17/06) com documentação sobre estudos, informações e demonstrativos apresentados pelo governo de São Paulo, para dar conhecimento de sua intenção de celebrar parceria público-privada (PPP) para construir e operar a Linha 4 do sistema metropolitano de São Paulo. O projeto paulista é um investimento orçado em R\$ 3,98 bilhões, com 81% dos investimentos a cargo do Tesouro estadual e 19% por conta do parceiro privado.

Projeto permite ao empregado participar de capital da empresa

Na pauta da reunião da CAE de hoje para deliberação terminativa está o projeto que permite ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta (PLS 273/03) é de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e tem parecer favorável do senador Mão Santa (PMDB-PI), na forma de um substitutivo.

Segundo o relator, o Conselho Curador do FGTS poderá normatizar, avaliar, aprovar e autorizar a instituição de programa de participação no capital da empresa com recursos da conta vinculada do fundo de seus empregados, definindo o nível de comprometimento dos recursos do FGTS.

Outro projeto que deverá ser examinado pela CAE é o PLS complementar 43/04, não terminativo, que dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais. De autoria do senador Almeida Lima (PMDB-SE), a proposta é relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), cujo parecer favorável explica que as secretarias da Fazenda do gover-



Zambiasi prevê a utilização do saldo do FGTS para participação do empregado

no federal e dos estados poderão emitir certificados nominativos atestando a exigibilidade dos créditos oriundos de precatórios. Esses certificados poderão ser utilizados em duas situações distintas: na aquisição de imóveis novos destinados ao ativo fixo de empresas e instrumentos de trabalho de autônomos; e na compensação de débitos junto às respectivas fazendas públicas ou para pagar dívidas junto a instituições oficiais de crédito.

Na primeira parte da reunião da CAE está programada a organização dos trabalhos da comissão, ficando a discussão e votação das matérias para a segunda parte.

Comissão poderá debater com ministro resultados da educação

Está na pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, a partir das 11h, requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) propondo a convocação do ministro da Educação, Fernando Haddad, para esclarecer e discutir os resultados do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) referentes ao biênio 2005/2006.

As informações divulgadas a respeito dessas avaliações mostram que o desempenho dos estudantes ficou abaixo das expectativas e da chamada "curva histórica": o Enem, por exemplo, apresentou o pior desempenho médio desde 2002.

Também deve ser avaliado projeto de lei propondo a redução da idade mínima necessária para a opção pela esterilização cirúrgica voluntária. A proposta (PLS 284/06) antecipa dos atuais 25 para os 18 anos essa idade. A medida faz parte de um conjunto de alterações propostas pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) à Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263/96).

O projeto torna ainda obrigatória a educação sexual nos ensinos Fundamental e Médio e durante



Marisa Serrano propõe audiência pública sobre o Enem e o Saeb

a instrução oferecida no serviço militar. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), apresentou emenda para que a matéria não seja aplicada em todos os cursos de formação militar, como previa a proposta original. A proposta deverá ser analisada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Outra proposição que pode ser analisada na reunião da CE, em decisão terminativa, é o substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) a projeto de lei da ex-senadora Heloísa Helena que torna obrigatória a edição em braile de 0,5% de livros e de revistas de grande circulação editados no Brasil (PLS 224/00).

Na pauta da CRE, indicação de duas diplomatas para cargos no exterior

Em reunião hoje, a partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinará mensagens presidenciais com a indicação da diplomata Maria Luiza Ribeiro Viotti para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas e da diplomata Maria Dulce Silva Barros para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Cabo Verde.

Maria Luiza Viotti é ministra de primeira classe do quadro permanente do Itamaraty e grande oficial da Ordem do Rio Branco. A partir de 1999, quando exerceu o cargo de ministra-conselheira da Missão do Brasil nas Nações Unidas, foi chefe de delegação do Brasil junto a diversos organismos da ONU, entre eles o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas.

Maria Dulce Silva Barros é ministra de segunda classe do quadro permanente do Itamaraty e detentora da Medalha do Mérito Santos Dumont. Exerceu

o cargo de ministra-conselheira nas embaixadas da Argentina e dos Países Baixos. Cabo Verde representa seu primeiro cargo de embaixadora do Brasil.

Desde a independência de Cabo Verde, em 1975, o Brasil vem estreitando relações com esse país africano de língua portuguesa. Localizado a 400 quilômetros da costa ocidental da África, o arquipélago de Cabo Verde possui pouco mais de quatro mil quilômetros quadrados distribuídos em várias ilhas. Em 2005, o comércio bilateral foi da ordem de US\$ 23,8 milhões, bastante favorável ao Brasil.

Requerimento

Em sua reunião da semana passada, a CRE aprovou requerimento para ouvir o ex-embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Roberto Abdenur sobre suas críticas a respeito do que classificou de "doutrinação ideológica no trabalho dos diplomatas". O depoimento havia sido marcado para hoje, mas precisou ser adiado para o final do mês, por motivos impostos pela agenda do diplomata.

Modelos podem ter que fazer exames médicos periódicos

A contratação de modelos, maquiagens e artistas em geral deverá estar condicionada à realização de exame médico prévio e periódico. Essa é uma das medidas previstas na proposta de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. O objetivo do projeto é evitar o surgimento de distúrbios como anorexia e bulimia durante o exercício das atividades desses profissionais.

A proposta (PLS 15/07) acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho visando assegurar a saúde física e mental dos candidatos a modelo e estabelecer a cassação da autorização para funcionamento das empresas contratantes dos seus serviços que cometerem infração. Os exames preventivos, de acordo com o projeto, determinarão se o índice de massa corporal (IMC) é compatível com o declarado pelo examinado. O senador lembra que, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o diagnóstico para um IMC igual ou inferior a 17,5 kg/m² é sugestivo de anorexia.

Segundo o parlamentar, em casos mais graves, a conduta de empresas e familiares que estimulem esse comportamento poderia ser tipificada como crime. "Pode ser a hipótese de fato similar à lesão corporal, ou até de instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio", alerta.

Padrão de beleza

Para Crivella, a taxa de mortalidade resultante dos distúrbios alimentares gerados pelo padrão de beleza imposto pelas empresas de modelos, principalmente a anorexia nervosa, é de 10% a 20% dos pacientes atendidos com a doença.

De acordo com o senador, estima-se que 1,4 milhão de brasileiros sofram de anorexia. Na sua avaliação, boa parte dos casos é responsabilidade das empresas que, lembra, estão interessadas em maximizar seus lucros em detrimento da saúde do profissional.

– Buscando atender a essas demandas, empresas que exploram essas atividades, com base em regras arbitrárias e valores duvidosos de beleza e sensualidade, fixam limites tiranos para pesos e medidas aos candidatos.

A discussão sobre as consequências de distúrbios alimentares cresceu em novembro de 2006, com a morte por anorexia da modelo Ana Carolina Reston, aos 21 anos.

Objetivo da proposição em exame é garantir mais segurança jurídica para atrair investimentos de longo prazo em infra-estrutura e serviços públicos essenciais

Papel das agências reguladoras volta a ser discutido pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã, às 10h, as duas emendas de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), já aprovada pelo colegiado, que estabelece os princípios da atividade regulatória. As emendas foram apresentadas pelo então senador Ney Suassuna e pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). No dia 7 deste mês, foi concedida vista regimental à matéria, em razão de dúvidas sobre a redação.

Na justificativa da proposta (PEC 81/03), Jereissati alega que a ausência de um marco nas atividades das agências reguladoras prejudica o país. Segundo ele, os princípios contidos na matéria favorecem a atração e a manutenção do capital produtivo, ao colaborar para a segurança jurídica dos investidores e garantir a expansão dos investimentos de longo prazo em infra-estrutura e em serviços públicos essenciais, assim como o incremento do emprego e da renda.

A PEC original do senador concede às agências reguladoras independência funcional, decisória,



Iniciativa de Tasso Jereissati concede independência às agências reguladoras

administrativa e financeira, além de fixar princípios para o marco regulatório, como proteção do interesse público; defesa do consumidor e da concorrência; promoção da livre iniciativa; prestação de contas; mínima intervenção na atividade empresarial; e estabilidade e previsibilidade das regras, entre outros. As emendas procuram aperfeiçoar a proposta de Tasso Jereissati, subscrita por outros senadores.

O relator da proposição, senador Demostenes Torres (PFL-GO), é pela aprovação parcial da emenda nº 1, de autoria de Suassuna, na forma de subemenda que apresenta, e pela rejeição da sugestão

oferecida por Mercadante.

Punição

A CCJ vai analisar, em decisão terminativa, projeto (PLS 119/05) de Papaléo Paes (PSDB-AP) que altera a Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92) como forma de aumentar as sanções nos casos em que estejam envolvidas verbas públicas destinadas à saúde e à educação.

Outro projeto (PLS 66/05) a ser votado pela comissão, também em decisão conclusiva, é o de iniciativa de César Borges (PFL-BA) que inclui entre as competências dos juizados especiais cíveis ações de despejo para o uso de ascendentes e descendentes.

Na segunda parte da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será analisada em votação secreta mensagem enviada ao Senado Federal pelo presidente da República indicando Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha para exercer o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Antônio Carlos de Nogueira. A relatora da proposição é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).



Augusto Botelho apresentou substitutivo a quatro projetos que alteram a legislação

Mais direitos para participantes de planos de saúde

A pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 11h30, contém nove matérias, entre elas o substitutivo do senador Augusto Botelho (PT-RR) a quatro projetos que alteram a lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde. O objetivo é ampliar os direitos dos segurados.

Pela proposta, poderá ser permitida a contratação de planos privados com coberturas reduzidas, bem como planos segmentados de assistência farmacêutica. Além disso, as operadoras passarão a ser obrigadas a oferecer planos privados em regime de contratação individual ou familiar.

A CAS deve analisar também parecer da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) favorável a projeto da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) determinando que, no ato da inscrição no programa de acompanhamento pré-natal, os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) informem à gestante a maternidade à qual ela estará vinculada para a assistência ao parto e durante todo o período gestacional.

A proposta (PLC 54/06) prevê que, caso a maternidade escolhida não tenha condições de atender à gestante em situações de riscos gestacionais, a transferência para uma outra instituição é de responsabilidade do SUS. Para Patrícia Saboya, as medidas propostas são de "indiscutível mérito".

Adicional

Outra matéria na pauta da CAS é o projeto de lei (PLS 267/05) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui gratificação de adicional por tempo de serviço para os trabalhadores.

Figura ainda na pauta proposta (PLS 215/04) da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que estende ao empregado doméstico o direito ao salário-família; e outra, (PLS 246/06) do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que altera o período de adiantamento do décimo terceiro salário.

Pedido de informações sobre verbas para o Sebrae

O Plenário deve examinar hoje requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pedindo informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre repasses do governo federal ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) entre 2003 e 2005.

O parlamentar deseja saber o total de recursos federais repassados ao órgão e também quais organizações não-governamentais (ONGs) receberam recursos do Sebrae no período. O requerimento propõe, no caso de o TCU não ter esses dados, que o tribunal faça inspeções de urgência no órgão.

Na justificativa do pedido (RQS 604/06), Antonio Carlos explica que o Sebrae, apesar de ser uma pessoa jurídica de direito privado, recebe recursos públicos federais. Ele argumenta ter obtido informações de que o Sebrae estaria favorecendo

indevidamente ONGs por meio de repasses. A origem pública de parte das verbas da entidade obriga o Senado a aprofundar a investigação sobre essas informações, diz o senador.

Anistia

Dois projetos serão examinados hoje, em segundo turno. O primeiro (PLS 236/06) anistia os emigrantes brasileiros que regis-

traram filhos no Brasil apesar de as crianças terem nascido em países fronteiriços, o que configura crime de falsidade ideológica.

A outra proposta (PLS 229/06) amplia a fiscalização dos fundos de previdência complementar, que acumulam R\$ 400 bilhões em ativos. De iniciativa da CPI dos Correios, o projeto altera a Lei Complementar 105/01.



Plenário vota em segundo turno projeto que amplia fiscalização dos fundos de pensão



Para Mão Santa, o partido "pode ficar no colo de Lula" caso Temer não seja reeleito

Mão Santa apóia reeleição de Temer à presidência do PMDB

O senador Mão Santa (PMDB-PI) citou, em discurso no Plenário, uma frase de Ulysses Guimarães para enfatizar seu apoio à reeleição do deputado Michel Temer para a presidência do PMDB. Ulysses, quando integrante do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que deu origem ao PMDB, teria dito que "a Frente Democrática Nacional percorrerá com os pés do povo a geografia do país". A frase está no livro do peemedebista Tarcísio Delgado *Do MDB ao PMDB*, citado por Mão Santa.

– Da mesma forma, Temer desceu às massas. Ele tem participação, serenidade, equilíbrio e decência – afirmou.

Para Mão Santa, seu partido corre o risco de "ficar no colo de Lula" caso Michel Temer não seja reeleito.

– O PMDB não é de Lula. É do povo, da pátria e da democracia – enfatizou.

Segundo ressaltou o senador pelo Piauí, o PMDB é hoje um grande partido devido "à força e à coragem de Michel Temer, que foi o comandante". Lembrando as disputas internas e as batalhas jurídicas durante as convenções de seu partido, Mão Santa conclamou os integrantes do PMDB a se manterem unidos e vigilantes, de forma a assegurar os ideais de liberdade e democracia.

Senador argumenta que prefeituras assumiram, nas últimas décadas, vários encargos de responsabilidade da União, enquanto diminuíram recursos do fundo de participação

Paim quer pacto federativo que beneficie os municípios

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, a adoção de um novo pacto federativo no país que beneficie sobretudo os municípios, que se encontram, segundo ele, em situação de desvantagem em relação à União e aos estados.

– Nas duas últimas décadas, os municípios assumiram inúmeros encargos e atribuições de responsabilidades da União e dos estados nas mais diversas áreas. Mas, ao mesmo tempo, de maneira inversa, a participação dos municípios no bolo tributário diminuiu de 17% para 14% – disse o parlamentar.

Paim destacou especialmente a situação difícil dos municípios gaúchos, que, segundo ele, acumulam dívidas da ordem de R\$ 300 milhões com o estado. Tais dívidas, explicou, se referem a



Paulo Paim aponta desvantagem em relação aos estados e à União

serviços de competência do estado prestados pelos municípios à população, em áreas como saúde e educação.

– O município, quando fica devedor do estado, é inscrito no Cadin (Cadastro de Inadimplentes) e deixa de receber recursos em áreas prioritárias. Fica ina-

bilitado para assinar convênios e contratar com as mais diversas áreas do governo, trazendo prejuízos enormes à administração pública e ao interesse público – afirmou.

Previdência

No mesmo pronunciamento, Paulo Paim ressaltou a importância da instalação, ontem, do Fórum Nacional de Previdência Social, promovido pelo governo federal. Na avaliação do senador, as discussões a serem travadas no encontro poderão viabilizar modificações importantes na Previdência Social, como a extinção do fator previdenciário e a redução do limite de idade de aposentadoria por tempo de contribuição para aqueles que entrarem no sistema depois das mudanças que foram introduzidas na legislação.

Mesquita Júnior propõe saída de candidato a reeleição no Executivo

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou em Plenário a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) estabelecendo que postulantes à reeleição de cargos no Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos) se afastem de seus cargos até seis meses antes do pleito.

Segundo o senador, o objetivo da proposta, que viria trazer uma "contribuição ao debate sobre a reforma política", é conferir mais condições de igualdade e justiça ao processo eleitoral.

– Isso vai permitir que tenhamos eleições mais igualitárias, com resultados que não sejam tão



Mesquita Júnior diz que sua proposta é uma contribuição à reforma política

maculados pelo poder econômico. A permanência do titular no cargo, concorrendo à reeleição, não é essencial e tem sido determinante, porque estabelece uma condição de absoluta desigualdade.

Seminário debaterá assessoramento no Poder Legislativo

Será realizado em Brasília, no fim de março, o 2º Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo. O encontro vai debater questões relativas a assessoramento institucional parlamentar.

A abertura do evento será no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, e o encerramento no Auditório Petrônio Portella, do Senado, enquanto os painéis serão realizados no Centro Universitário do Distrito Federal (UnidF), na 903/904 Sul. As inscrições tiveram início no dia 9 de fevereiro e informações poderão ser obtidas pelo telefone 3216-5300.



Lobão saúda centenário de nascimento do fundador da Abril, celebrado sexta-feira

Lobão presta homenagem a Victor Civita

O senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se às homenagens da Editora Abril ao centenário de nascimento de Victor Civita, celebrado na última sexta-feira. Nova-iorquino de raízes italianas, Victor Civita trocou os Estados Unidos pelo Brasil em 1949, aos 42 anos, para fundar uma editora com direito de publicação das revistas em quadrinhos de Walt Disney.

Segundo Lobão, o primeiro número de *Pato Donald* foi publicado pela Abril em 12 de julho de 1950, com tiragem de 82.370 exemplares. O ingresso no universo político-editorial brasileiro ocorreu em 1960, acrescentou, com o lançamento da revista *Realidade*.

A trajetória de Civita no Brasil colocou em evidência, enfatizou o parlamentar, o caráter de ousadia, a vontade de fazer e o espírito irrequieto do empreendedor. Sua morte ocorreu no dia 24 de agosto de 1990, por infarto, quando a Editora Abril já reunia 130 publicações e rodava 150 milhões de exemplares por ano, segundo informou Lobão.

Atualmente, o filho mais velho do fundador da Abril, Roberto Civita, – com 13 anos à época da mudança da família para o Brasil – comanda um império editorial que iniciou o século 21 com 10 mil funcionários, mais de 200 publicações e faturamento de US\$ 1,5 bilhão.



Maciel: "A Terra é uma espaçonave na qual viajamos e pela qual deveríamos zelar"

Maciel: campanha da CNBB defende fraternidade e Amazônia

"Fraternidade e Amazônia" será o tema da Campanha da Fraternidade de 2007, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), anunciou ontem o senador Marco Maciel (PFL-PE). Promovida há mais de 40 anos, a campanha ocorre no período da Quaresma, que neste ano tem início no dia 21 de fevereiro – quarta-feira de

cinzas –, com mensagens do Papa Bento XVI e do presidente da CNBB, cardeal dom Geraldo Majella Agnelo. O encerramento será no Domingo de Ramos, em 1º de abril.

– São temas intrinsecamente ligados entre si, cada vez mais, em nosso planeta tão ameaçado por crescentes guerras com violações dos direitos humanos

e dos direitos da natureza. A Humanidade, não satisfeita em dilacerar-se, também intenta dilacerar o meio no qual vive, esquecida que nosso planeta é uma espaçonave na qual todos viajamos, pela qual todos deveríamos zelar – assinalou.

De acordo com Maciel, o ser humano somente se completa quando reconhece que está

situado numa criação mais ampla, o universo. O parlamentar lembrou que os cientistas já advertiram que de 50 a 150 espécies animais se perdem todos os dias. Maciel observou que, em 2100, dois terços das espécies estarão extintos e que o homem caminha rapidamente para tornar-se solitário no mundo.